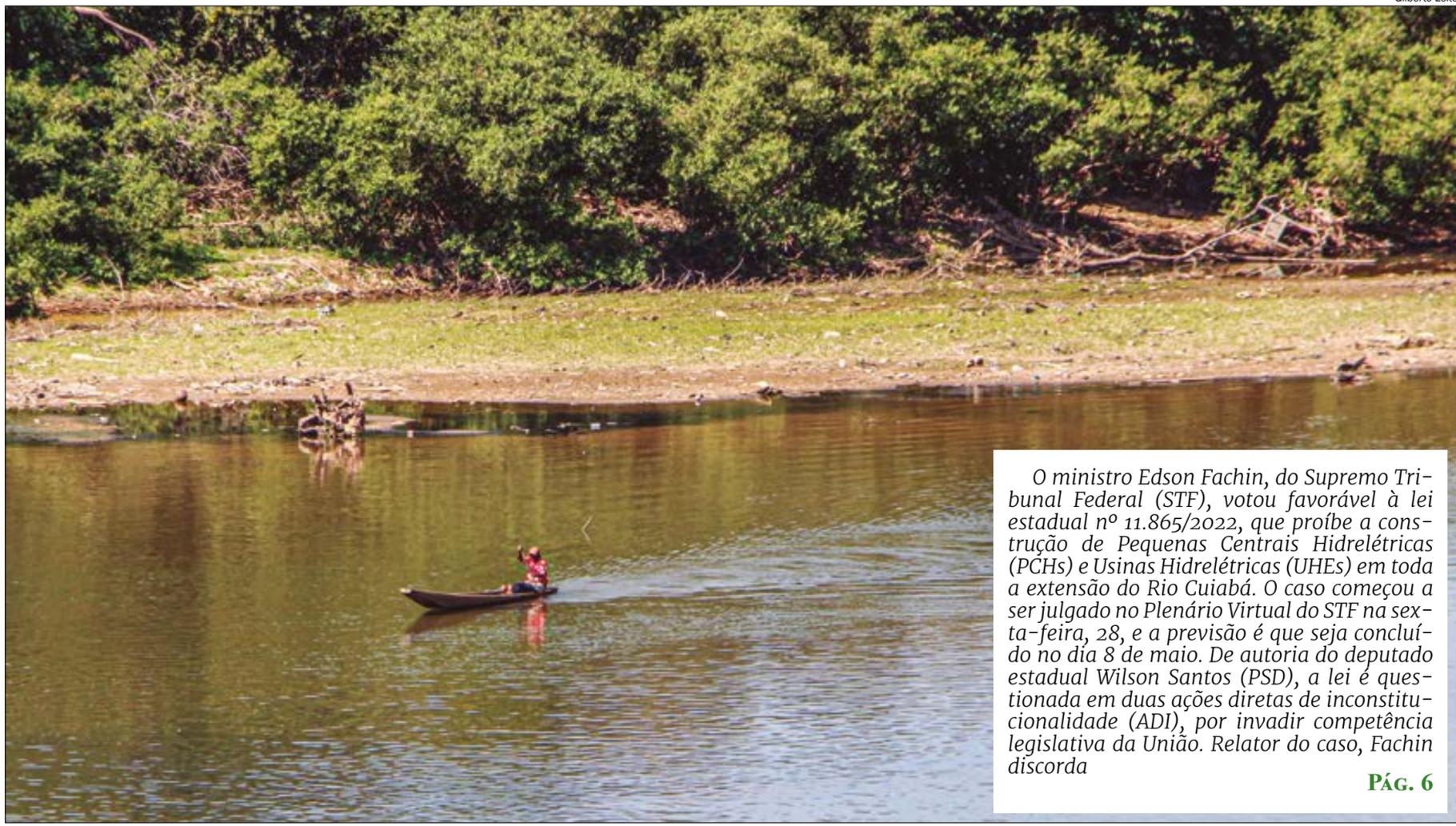


O ministro Edson Fachin vota a favor de lei que protege Rio Cuiabá

Gilberto Leite



O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou favorável à lei estadual nº 11.865/2022, que proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHEs) em toda a extensão do Rio Cuiabá. O caso começou a ser julgado no Plenário Virtual do STF na sexta-feira, 28, e a previsão é que seja concluído no dia 8 de maio. De autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSD), a lei é questionada em duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), por invadir competência legislativa da União. Relator do caso, Fachin discorda

PÁG. 6

Empresários podem ter que pagar R\$ 2,5 bi a mais à União em 2024

Gilberto Leite



Empresários mato-grossenses podem ter que pagar mais de R\$ 2,5 bilhões para a União em 2024, se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entender que a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ser incluída na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Nessa semana, conforme noticiado pelo jornal Valor Econômico, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esteve reunido com o relator do caso, o ministro Benedito Gonçalves

PÁG. 7

Tribunal nega liminar para Paccola voltar à Câmara

A Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) negou, por unanimidade, a concessão de liminar ao ex-vereador Marcos Paccola (Republicanos) para retornar à Câmara Municipal de Cuiabá. O jul-

gamento foi realizado na segunda-feira (24) e não entrou no mérito do caso. Paccola foi cassado em outubro de 2022 por quebra de decoro parlamentar por ter matado o agente do sistema socioeducativo, Alexandre Miyagawa

PÁG. 4

Vencimento do IPTU 2023 é adiado para 19 de maio

A desembargadora Serly Marcondes, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), homologou o acordo feito entre o Ministério Público (MP-MT) e o Município de Cuiabá sobre a prorrogação do prazo e a forma de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de 2023. A decisão

foi proferida na data que estava programada para o vencimento do pagamento da cota única e da primeira parcela do imposto. O documento também detalha as providências a serem tomadas no caso de contribuintes que já tenham pago o imposto com alguma guia emitida anteriormente

PÁG. 6

MT produz 80% do etanol de milho

Mato Grosso vai produzir mais de 80% do etanol de milho do país na safra 2022/23, aponta a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em seu levantamento sobre a safra de

cana-de-açúcar. Conforme a Conab, a produção brasileira de etanol de milho deve ser de 3,97 bilhões de litros, sendo que 3,2 bilhões serão produzidos em Mato Grosso. A produção do

etanol de milho é altamente concentrada no estado, por contar com boa oferta do cereal. Essa indústria ganhou força no estado a partir de 2018. O segundo maior produtor deste biocom-

bustível é Mato Grosso do Sul, que vai produzir apenas 714,4 milhões de litros, à frente de Goiás (35,9 milhões) e do Paraná (21,3 milhões)

PÁG. 7

AL refuta CPI sobre cartel de médicos

Deputados estaduais descartaram a possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o suposto envolvimento de servidores públicos com o cartel de empresas que é alvo da Operação Espelho, da Delegacia Especializa-

da de Combate à Corrupção (Deccor). Em reunião do Colégio de Líderes os parlamentares ouviram o ex-secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo (União), hoje deputado interino, e concluíram que ainda é cedo para falar em CPI

PÁG. 3

Estado vai assumir a BR-163 na 5ª

Gilberto Leite



A Rota do Oeste, empresa que pertencia ao grupo Odebrecht, finalmente passará para as mãos da MT Par, o braço do Governo de Mato Grosso em investimentos e projetos. A troca do controle acionário da Rota está marcada para a próxima quinta-feira (4), após diversas rodadas de negociações e pagamento da dívida de R\$ 920 milhões deixada pela empresa. O governo já definiu um trecho prioritário da rodovia que será duplicado tão logo a transferência da concessão seja concluída

PÁG. 5

Mauro vai presidir o União Brasil

PÁG. 4

EDITORIAL

Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que res-

peitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultuosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem



produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão atentos a essa oportunidade e se movem para capturá-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

Mudanças para elas

Rosana Leite (*)

Algumas alterações da Lei Maria da Penha entraram em vigor no último dia 20 de abril. Desde o advento da norma, muitas interpretações foram possíveis nacionalmente. Sem dúvida, a Lei Maria da Penha, é um preceito que mudou a visão quanto aos direitos humanos das mulheres no país.

As medidas protetivas se comprazem em importante instrumento da lei à disposição das mulheres. Podem ser deferidas judicialmente em caráter civil e criminal, de acordo com os pedidos e necessidades das mulheres.

A bem da verdade, quando acontece uma violência contra a mulher dentro do âmbito doméstico e familiar, é possível vislumbrar o cometimento de um crime.

Todavia, situações cíveis também fazem parte de todo o contexto. Justamente por este motivo, a Lei Maria da Penha possui natureza jurídica mista ou híbrida.

As pessoas que atuam pelo cumprimento dessa norma sabem que, muitas vezes, as mulheres necessitam que medidas cíveis e criminais sejam tomadas em prol delas, para que consigam sair do terrível ciclo.

Claro que as medidas protetivas encorajam muito as mulheres a buscar ajuda do poder público para resolução dos problemas do lar. As disposições legais e os respectivos ajustes surgem com as necessidades da sociedade. É aplicando a norma que aparecem as lacunas que precisam ser supridas, para que o ideal seja visível.

Na última semana entrou em vigor a Lei nº 14.550/2023, com algumas mudanças no cumprimento da norma, no que diz respeito às medidas protetivas de urgência.

Haverá a concessão das medidas em cognição sumária, com o depoimento da ofendida perante a autoridade policial, ou com a apresentação de alegações escritas.

Poderá acontecer o indeferimento, no caso de avaliação pela autoridade policial quanto à inexistência de risco à integridade

física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher, ou de seus dependentes.

Disse, ademais, a novel norma, que as medidas serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, ou do ajuizamento de ações cíveis ou penais, da lavratura de inquérito policial ou de registro de boletim de ocorrências.

Trouxe, os legisladores e legisladoras, ademais, que as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher em situação de violência e seus dependentes. É, mais uma vez, a afirmação de que as medidas protetivas de urgência são autônomas, e à disposição delas.

A inclusão do artigo 40-A na Lei Maria da Penha amplia, s.m.j., o âmbito de aplicabilidade. Segundo citado dispositivo, não há qualquer dúvida que a Lei 11.340/2006 aplicar-se-á independentemente da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida.

As noveis alterações firmam que as medidas protetivas de urgência são das mulheres, e, ainda, sem prazo de duração. Não há prazo para ameaças e outros crimes contra mulheres, principalmente dentro da esfera doméstica e familiar. De outro turno, firma, mais uma vez, que a violência doméstica e familiar pode acontecer contra mulheres e praticada por qualquer pessoa que com quem ela conviva em casa, independente de relacionamento íntimo e de afeto.

Legisladores e legisladoras, com essas alterações, externaram que precisa haver confiança de que a Lei Maria da Penha se mostre efetiva e eficaz. Mesmo porque, a violência doméstica e familiar se constitui em "chagas" para a sociedade...

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Armas legais X crimes reais

Coronel Assis (*)

Diante de uma série de ataques desmedidos à política de armamento civil no Brasil, é importante ficar clara a distinção entre o direito à posse e uso de armas e os crimes cometidos por arma de fogo.

A primeira questão que precisa ser elucidada é que o direito ao armamento civil é baseado na perspectiva da autodefesa, na defesa da própria família, do patrimônio, ou para a prática desportiva realizada devidamente regulamentada nos clubes e escolas de tiro, que são ambientes controlados e preparados para essa prática.

Em uma sociedade livre e democrática, com base liberal, possuir uma arma está no campo do direito à liberdade. Isso significa que nenhum cidadão é obrigado a isso, mas também não é justa a proibição.

Além do mais, é importante frisar que para se ter armas de forma legal, precisa-se cumprir uma série de requisitos especificados na Lei 10.826/03, que está praticamente inviabilizada pelo Decreto nº 11.366/22, que asfixiou o setor que gera mais de 1 milhão de empregos diretos e indiretos no Brasil.

Por outro lado, existe uma retórica da esquerda em querer associar o armamento civil à crimes por arma de fogo. Pois bem,

devemos ter bem claro que crimes precisam ser devidamente punidos, independentemente de quem os tenha praticado. Isso é uma questão de bom senso e civilidade. É também uma questão de ordem e de garantia de que a sociedade não se transforme em um caos, conforme pretendem os bandidos.

Também é importante questionar quantas armas ilegais são utilizadas para o cometimento de crimes e quantos legais são usadas com o mesmo propósito?

Dados do Atlas da Violência apontam uma taxa de homicídio de arma de fogo de 14,6 para cada 100 mil habitantes, segundo dados mais recentes. Antes do Governo Bolsonaro, essa taxa alcançou o ápice em 2017, com uma taxa de 22,8 a cada 100 mil habitantes.

Com base na minha experiência de 28 anos na Polícia Militar de Mato Grosso, posso garantir que praticamente a totalidade dos homicídios praticados no país são com armas ilegais. E isso demonstra que ao invés da esquerda combater as armas legais, deveriam estar preocupados em combater as armas ilegais.

Mas sabem por que os crimes com armas ilegais continuam existindo, é porque há a certeza da impunidade. E a meu ver, é esse o maior combate que precisamos travar daqui pra frente.

No país, as penas máximas para os crimes hediondos, se situam entre 20 e 30 anos. Nestes casos, devido aos benefícios garantidos em lei, o condenado cumpre em média um terço da pena. Ou seja, uma condenação de 30 anos, o sujeito que cometeu um homicídio qualificado, por exemplo, vai ficar 10 anos em regime fechado, e depois é colocado de volta à sociedade, gozando de uma progressão de regime.

As consequências disso são nefastas. Temos uma legislação penal que não cumpre um dos seus principais propósitos que é inibir a prática de crimes. Por outro lado, temos um sistema prisional que não recupera ninguém. Por isso, temos a obrigação de repensar o Código Penal, que é de 1940, e que já sofreu 10 grandes reformas, e mesmo assim, ainda mantém uma série de brechas que só beneficiam os bandidos e os criminosos contumazes, através de um garantismo jurídico.

E dentre as sugestões que tenho a propor está a redução da maioridade penal – criando uma espécie de flexibilização mediante a conduta praticada, e assim, garantir punição para quem já é capaz de planejar e executar crimes hediondos. Outra iniciativa é fazer com que as penas sejam cumpridas em sua totalidade.

Afinal, não tem sentido uma pessoa ser condenada a 30, 40 ou mais anos de prisão e não cumprir sequer um terço disso em regime fechado. Também temos que pensar em um sistema prisional que permita o trabalho como forma de recuperação. Desse modo, os presídios industriais são uma saída viável para o problema do ócio dentro das unidades prisionais.

Portanto, o armamento civil – que gera mais de 1 milhão de empregos no Brasil – não é o problema do nosso país. O verdadeiro problema são os criminosos que não se sentem inibidos pela legislação penal e processual penal brasileiras e cometem crimes diversos com a certeza da impunidade. Crime é crime e deve ser tratado sem ressalvas. E quem quiser e puder, que possa ter sua arma para garantir o direito de defesa quando o criminoso perverso tentar contra sua vida, sua família ou seu patrimônio. É o que defendo.

*CORONEL ASSIS é deputado federal por Mato Grosso. É coronel da reserva da Polícia Militar, na qual serviu por 28 anos, chegando ao cargo de Comandante Geral da instituição entre 2019 e início de 2022.



Vale a pena falar em público?

Francisney Liberato (*)

A comunicação é a matéria-prima das boas relações, abre portas para as oportunidades e quebra os muros do preconceito.

Por todos os aspectos que envolve falar em público, dentre as diversas técnicas a serem apreendidas e aplicadas, você entende que vale a pena falar e ser um orador?

Falar em público é um grande desafio para sua vida. Ter desafios na vida é muito importante, pois eles nos provocam e fazem com que saíamos da zona cinzenta do conforto e do comodismo. Quando somos desafiados, a nossa atenção e concentração aumentam sobremaneira e, por consequência, ganhamos mais foco.

Crescimento pessoal. Crescer sempre é bom e vale a pena. Desenvolver uma nova habilidade e utilizar a nossa capacidade máxima cerebral, isto é, o lado racional e emocional do cérebro.

Conexão com as pessoas. Falar em público vai lhe proporcionar maior conexão, contato e network com os indivíduos. Dessa forma você estará aumentando o seu campo de contatos e de visão. Relacionar-se com pessoas da mesma área de atuação é relevante, e contatos com pessoas de outras áreas também acrescentarão conhecimentos, experiências e interações.

Você estudará mais. A partir do momento em que você aceitar falar em público, é certo que o seu foco se concentrará nisso e, por

inferência, você se dedicará mais aos estudos, pesquisas, testes, técnicas e conhecimento de forma geral. Isso é salutar, visto que, mesmo com uma rotina cheia de atividades, você estará turbinando o seu cérebro com conhecimentos.

Melhora a sua performance em entrevistas de emprego. O mercado de trabalho brasileiro está extremamente concorrido e, quanto mais aprendemos novas habilidades, os benefícios são colhidos. Em uma entrevista de emprego, caso você tenha costume de falar em público, saiba que lhe promoverá mais segurança e tranquilidade para falar o indispensável de forma assertiva, uma vez que o tempo das entrevistas é curto. Apenas apresentar o currículo, mesmo que seja robusto, não quer dizer que você será o selecionado para ocupar o cargo.

Crescimento na carreira profissional. Para ter sucesso e ascender na sua vida profissional, a oratória compõe uma base. Saber se comunicar bem com as pessoas, saber dirigir reuniões, todos esses aspectos estão ligados diretamente com a oratória. Você ganhará destaques e será lembrado quando surgir uma vaga no cargo de liderança. Se você está empregado, atente-se para a minha dica: invista na oratória o quanto antes. Cedo ou tarde, você irá precisar dela. Quem sabe falar em público tem boa desenvoltura e mais sucesso.

Nas apresentações de trabalhos na escola. Indiscutivelmente as técnicas de oratória estarão lhe oferecendo grandes resultados nas apresentações de trabalhos em sala de aula, desde a educação básica até o ensino superior. Você ganhará destaques como aluno a partir do momento em que se utilizar das técnicas de comunicação na sala de aula.

Prova oral de concurso público. Alguns concursos utilizam-se da prova oral como avaliação, e neste caso não adianta apenas conhecer as matérias teóricas, sair bem nas provas objetivas e subjetivas. No momento

da prova oral, seja para responder perguntas subjetivas ou para realizar a apresentação de um assunto, se você não conseguir expressar-se corretamente poderá perder a grande chance de galgar espaço em sua aprovação no certame.

Desenvoltura diante de câmeras e redes sociais. Como atualmente muitas pessoas estão conectadas nas redes sociais, ter uma boa oratória vai ajudar você a gravar vídeos, stories para suas redes sociais. Você estará prestando mais atenção na sua escrita e também se comunicando melhor em vídeos, quer como usuário normal, youtuber ou influenciador digital, dentre outros.

Falar em público nunca foi tão importante como nos dias atuais. Esses são apenas alguns exemplos para demonstrar que a utilização da oratória está intimamente ligada ao nosso dia a dia, seja no âmbito pessoal ou profissional. Enfim, me resta apenas influenciá-lo para o melhor, ou seja, invista na oratória.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.D. Honorary Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade – ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos – Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium", "Inteligência emocional" e "Manual do Concurseiro". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporá, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

R\$ 1,2 BILHÃO

Deputados cogitam criar uma comissão especial para a fiscalização, devido ao grande volume de recursos que será destinado à rodovia

AL vai acompanhar obras da BR-163



Da redação

A deputada Janaina Riva (MDB) afirmou que a Assembleia Legislativa irá acompanhar a aplicação dos recursos nas obras de melhorias e duplicação da BR-163, cujo montante deve chegar a R\$ 1,2 bilhão. As obras serão realizadas pela Rota do Oeste, que passará para o controle do Governo do Estado, por meio da MT Participações S.A, empresa de capital misto controlada pelo governo. A oficialização do negócio será feita na quinta-feira (4).

Em entrevista na manhã desta quarta-feira (26), Janaina comemorou a notícia e lembrou que a Assembleia já liberou a destinação de mais de R\$ 1 bilhão para a empresa iniciar as obras imediatamente. Ela acredita que a execução das obras deverá ser acompanhada pela Comissão de Infraestrutura da Casa.

“O que a gente precisa aqui na Assembleia é acompanhar esse processo de concessão, como será executado, se está dentro de tudo aquilo que o governo prega e que a Assembleia também defende, de todos os princípios morais e éticos. Acho que o nosso desafio hoje é acompanhar, porque é um volume muito grande de recursos”, disse.

O acompanhamento deve ser feito aos mesmos moldes do acompanhamento feito pela Comissão de Saúde, que fiscaliza a intervenção na Secretaria de Saú-

de de Cuiabá. Mas também há a possibilidade de a Assembleia criar uma comissão para fazer o acompanhamento. A questão será resolvida no Colégio de Líderes.

“Nós vamos avaliar, junto com os deputados no Colégio de Líderes, se será a Comissão de Infraestrutura, aos moldes do que fizemos na intervenção, que vai acompanhar ou se terá uma comissão especial. Isso vai ser definido pelos deputados, porque as duas formas podem e são possíveis de serem feitas”, afirmou.

O primeiro trecho a ser duplicado da BR-163, conforme anunciado pelo governador Mauro Mendes (União Brasil), será de cerca de 90 km, entre Diamantino e Nova Mutum. Além disso, o governador também anunciou o recapamento de todo o trecho da rodovia que está sob responsabilidade da Rota, que soma 850 km.



Janaina lembra que Assembleia já liberou R\$ 1 bilhão para investimentos na BR-163

“Não era prioridade da União e MT precisou agir”

A deputada Janaina Riva (MDB) comemorou o anúncio de que o Governo do Estado vai assumir a concessão da BR-163 a partir de quinta-feira (4). Em entrevista na manhã de quarta-feira (26), a deputada lembrou que “essa 163 enterrou muitas pessoas queridas”.

Para Janaina, a solução do problema não é apenas porque a rodo-

via é conhecida como a ‘estrada da morte’, mas também pela produção do agronegócio que é escoada por ela, o que implica em um tráfego muito grande de veículos de carga. “Tem carreta demais, tem produção ‘andando em pista’ e a gente sabe o risco que isso é para todos”.

A deputada também rebateu críticas sobre o governo estar inves-

tindo em uma rodovia federal, cuja responsabilidade seria apenas do governo federal.

“Está dentro de Mato Grosso e se o governo tem condição de absorver, porque não absorver e a gente acabar com o sofrimento do nosso povo? Porque quem sofre aqui é o nosso povo. O Brasil se sustenta da nossa produção, o mundo se sustenta da nossa

produção, mas não tem a preocupação com Mato Grosso que deveria ter”, afirmou.

Ainda segundo ela, o orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é de apenas R\$ 900 milhões para Mato Grosso, insuficiente para fazer frente às demandas do estado.

Janaina apontou também que o governo

federal precisa resolver um trecho de terra da BR-158, na região do Araguaia, cujo problema se arrasta há anos sem nenhuma iniciativa concreta para a pavimentação. O trecho fica entre Alô Brasil e Porto Alegre do Norte, compreendendo cerca de 150 km.

“Nós não podemos esquecer que temos a 158, que é um problema e um gargalo. Eu acho

que o governo optou por atender os mato-grossenses e a gente passou por cima dessa situação de ser federal. A gente entende que deveria ser obrigação do governo federal, mas nota-se, desde o passado, que não é a prioridade do governo federal nesse momento atender as obras de infraestrutura e logística dentro do estado”, afirmou.

OPERAÇÃO ESPELHO

AL descarta CPI sobre suposto cartel de empresas

Da redação

Deputados estaduais descartaram a possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o suposto envolvimento de servidores públicos com o cartel de empresas que é alvo da Operação Espelho, da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor). Em reunião do Colégio de Líderes realizada na quarta-feira, 26 de abril, os parlamentares ouviram o ex-secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo (União), hoje deputado interino, e concluíram que ainda é cedo para falar em CPI.

A Operação Espelho teve início após a Deccor receber uma denúncia de que a empresa contratada para fornecer médicos plantonistas para o Hospital Metropolitano, em Várzea Grande, estaria disponibilizando número de médicos menor do que o contratado. A investigação constatou que essa empresa fazia parte de um cartel dedicado a fraudar licitações e contratos em todo o estado.

Agora deputado, Gilberto foi convidado pelos demais parlamentares a dar explicações sobre o caso. Segundo a presidente da Casa, deputada Janaina Riva (MDB), Gilberto disse que tomou todas as medidas possí-

veis assim que ficou sabendo da investigação. No entanto, ele disse não saber detalhes sobre o caso, pois o inquérito ainda está sob sigilo.

“Quando, pela primeira vez, surgiu a partir da Deccor dizendo que haveria ali um cartel de médicos, onde eles estavam sendo amparados por assinaturas de plantões não prestados, ele inclusive demitiu toda a diretoria do Hospital Metropolitano. Foi exatamente nesse período, que foi em 2020. Então, ele explicou isso para os deputados”, explicou Janaina.

Cientes de que não haverá compartilhamento de provas por

parte da Deccor, os deputados decidiram aguardar um momento mais oportuno para deliberar novamente sobre a possibilidade de criação da CPI.

“O que a Assembleia entendeu é que um secretário com tantas atribuições, dificilmente ele consegue ter controle 100% de como funciona cada plantão de médico no estado de Mato Grosso. Naquele momento, os responsáveis por isso eram os que estavam na diretoria do Metropolitano. Então, a gente acha que tá muito cedo ainda e falta informações para vislumbrar qualquer CPI dentro da Assembleia”, detalhou.

SOBRE A OPERAÇÃO Deflagrada em 2021, a primeira fase da Operação Espelho investigou fraudes e desvios de valores ocorridos no contrato de prestação de serviços médicos no Hospital Estadual Louise Ferreira da Silva (Hospital Metropolitano), em Várzea Grande.

Já na segunda fase da Operação Espelho, foi descoberto que, especialmente durante o período da pandemia de covid-19, os agentes intensificaram suas ações, valendo-se da fragilidade e desespero de gestores públicos que se viam obrigados a contratar com urgência e, praticamente, a qual-

quer preço, os serviços médicos de UTIs.

Por meio de suas empresas, a organização criminosa simulava concorrência para a imposição de valores muito maiores que os praticados no mercado. Os serviços não eram fornecidos na forma contratada, por vezes com consentimento dos agentes públicos fiscalizadores. Pacientes eram internados nas UTIs desnecessariamente, visando apenas o aumento dos lucros.

Os prejuízos apurados, até o momento, superam a casa dos R\$ 35 milhões, com potencial de sensível aumento, conforme a investigação.

LISTA SÊXTUPLA

Assembleia acaba com eleição interna do MPMT

Da redação

Os deputados estaduais aprovaram uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que acaba com a eleição interna do Ministério Público para formação da lista sêxtupla, para definir os candidatos a vagas de desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A medida foi aprovada por 21 votos a 3, na tarde de quarta-feira (26).

A formação da lista sêxtupla será feita agora pelo Conselho Superior do Ministério Público e não por eleição, onde todos os promotores e procuradores podiam votar. Além disso, a proposta acabou com o limite de idade mínima para ser indicado ao TJ, que era de 35 anos. Agora, a única exigência é a de 10 anos de carreira.

A proposta é de autoria do governador Mauro Mendes (União Brasil), que alegou a

necessidade de corrigir distorções causadas pela Emenda Constitucional 56, de 2009, que criou novas regras para a formação da lista sêxtupla em afronta ao que já havia sido estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Organização Nacional do Ministério Público (LONMP).

A alteração desse trecho se tornou necessária após o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.588 pelo Supremo

Tribunal Federal (STF), que derrubou mudanças realizadas pelo Estado do Rio Grande do Sul nos critérios de formação da lista sêxtupla. Na decisão, a Suprema Corte enfatizou que a formação da lista sêxtupla é competência do Conselho Superior do MP de cada estado, de acordo com as regras estabelecidas na LONMP e na Constituição Federal.

Acontece que a Constituição Estadual de

Mato Grosso tem regras diferentes daquelas. Um dos pontos é que foi criada uma limitação de idade, no mínimo 35 anos, para fazer parte da lista sêxtupla, o que não está previsto no art. 94 da Constituição Federal. Além disso, a legislação estadual teria retirado do Conselho Superior do MP o poder de elaborar a lista, ao permitir que os nomes da lista sejam escolhidos em eleição interna do órgão. Por fim, a norma estadual

invadia a competência de outro órgão ao legislar sobre matéria reservada à LONMP.

“Portanto, no mesmo sentido da norma impugnada por meio da mencionada ADI nº 5.588, identifica-se que o atual texto normativo do art. 93, inciso I da Constituição do Estado, trazido pela EC nº 56/2009, está eivado de vícios de inconstitucionalidade formal e material”, diz o projeto.

ARESTAS APARADAS

Lideranças do partido se reuniram nesta quinta e fecharam consenso sobre a direção do partido; Jayme Campos será o vice-presidente

Mauro vai presidir o União Brasil



Da redação

Lideranças do União Brasil se reuniram na quinta-feira, 27 de abril, para aparar as arestas e acertar a composição do diretório regional da sigla em Mato Grosso, cuja eleição acontece no dia 30. Após insatisfações expostas e explicações, houve um consenso entre os deputados da base do partido na Assembleia Legislativa e o grupo de filiados que são ligados ao governador Mauro Mendes.

Os deputados reivindicam mais participação nos debates que ocorrem na diretoria e que tenham também voz nas tomadas de decisões. O embate aconteceu após

o atual presidente do União, deputado federal Fábio Garcia, ter agendado uma reunião para definição dos critérios da eleição, sem a participação de grande parte das lideranças, como o deputado estadual Júlio Campos, que chegou a ameaçar sair da legenda caso não tivesse abertura.

Inclusive, ele chegou ao encontro de quinta com um envelope embaixo dos braços, que tratava do pedido de desfiliação do partido. Porém, o tema nem chegou a ser discutido no encontro.

“Já queriam fazer a eleição sem a participação da bancada estadual e, realmente, nós da bancada estadual demos um ultimato, como diz o ditado, ou nós participamos com voz e direito ou então teríamos que sair do partido. Foi anunciado que, caso continuasse apenas o que estava sendo anunciado, os estaduais iriam sair do partido, porque estávamos sem participação



Mauro terá à disposição um diretor-executivo no partido, auxiliá-lo nas tarefas cotidianas

nenhuma. Agora não, agora coube a cada um de nós fazermos essa participação pessoal e também as indicações. Cada deputado estadual

indicou 4 membros [ao diretório estadual]”, explicou Júlio, durante entrevista à imprensa.

No domingo passado, lideranças do União

Brasil se reuniram para definir a chapa que estará à frente do partido até maio do ano que vem. Houve consenso de que a liderança será

ocupada pelo governador Mauro Mendes, que terá um diretor-executivo para auxiliá-lo nas tarefas do União.

A composição ainda terá como primeiro vice-presidente o senador Jayme Campos, irmão de Júlio. A definição deve ser oficializada no domingo, 30 de abril, quando acontecerá a eleição interna do partido.

“O governador ficou como presidente, havia uma conciliação, o senador Jayme Campos aceitou ficar como primeiro vice-presidente, e nós vamos contratar um diretor-executivo para ficar 24 horas no partido, que irá auxiliar o governador Mauro Mendes. Cada deputado optou em participar na formação de diretórios [municipais] em 20 a 30 municípios, de acordo com seu interesse político. Foi uma reunião muito agradável, sem mágoas, sem sujeiras, discussões. As brigas foram colocadas de lado”, comentou Júlio.

DECISÃO UNÂNIME

TJ nega liminar para Marcos Paccola voltar à Câmara



Paccola foi cassado em outubro de 2022, por quebra de decoro parlamentar

Da redação

A Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) negou, por unanimidade, a concessão de liminar pleiteada pelo ex-vereador Marcos Paccola (Republicanos) para retornar à Câmara Municipal de Cuiabá. O julgamento foi realizado na sessão de segunda-feira (24) e não entrou no mérito do caso, restringindo-se a julgar apenas o pedido de liminar.

Paccola foi cassado em outubro de 2022 por quebra de decoro parlamentar por ter matado o agente do sistema socioeducativo, Alexandre Miyagawa, na região central de Cuiabá.

A defesa do parlamentar, feita pelo advogado Rodrigo Cyrineu,

alega que a vereadora Edna Sampaio (PT), cujo voto foi determinante na cassação, não poderia ter votado, pois ela é autora da denúncia. Além disso, alega que a Câmara desrespeitou os prazos para efetuar a cassação, gastando mais do que 90 dias.

A defesa também sustentou que a cassação ocorreu por maioria absoluta, metade dos votos mais um, sendo que deveria ter ocorrido por 2 terços dos votos.

“Dando de barato todas as outras teses, por puro amor ao debate, basta ver que no precedente em alusão se entendeu por insuficiente o score de 14 (catorze) votos para a cassação de ABÍLIO. In casu, o Recorrente foi cassado por 13 (treze) votos, aí incluído o da Vereadora

denunciante, o que também fere a legislação federal de regência”, diz trecho da petição.

RELEMBRE O CRIME

Alexandre foi morto no começo da noite de uma sexta-feira, 1º julho, no cruzamento da Rua Presidente Arthur Bernardes com a Avenida Senador Filinto Müller, próximo ao restaurante Choppão. Na ocasião, a namorada de Alexandre estava embriagada e dirigia um carro que invadiu a contramão, provocando um acidente próximo a uma distribuidora de bebidas.

Após o acidente, populares que estavam na distribuidora foram verificar o que estava acontecendo e se separaram com a namorada de Alexandre extremamente alterada, discutindo com popula-

res. Ainda segundo testemunhas, ela incitava que Alexandre sacasse a arma para ameaçar as pessoas ali presente.

Em determinado momento, Paccola teria sido avisado de que havia um homem armado no local. O vereador, que estava indo para uma entrevista no momento, desceu do carro e ficou alguns minutos observando a confusão. Pouco tempo depois, a namorada de Alexandre se vira para sair do local e é acompanhada pela vítima, que empunhava a arma.

O vereador sustenta que teria falado para Alexandre largar a arma e, neste momento, desconfiou que ele fez menção de virar e disparou três tiros nas costas da vítima. O crime foi filmado por câmeras de segurança.

XADREZ POLÍTICO

Partido sonda irmãos Campos para entrar 2em MT

Da redação

Lideranças do Mais Brasil, fusão entre Patriotas e PTB ainda não homologada pela Justiça Eleitoral, começaram a sondar nomes para entrar em Mato Grosso ‘com o pé direito’. Para isso, o partido quer atrair lideranças fortes e indicar um nome competitivo para disputar o comando da Prefeitura de Cuiabá nas eleições municipais de 2024.

As primeiras sondagens começaram com membros do União Brasil, que vive uma rusga interna devido à disputa entre o presidente do União, deputado federal Fábio Garcia, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho. Isso porque ambos desejam

encabeçar a chapa que disputará a Prefeitura de Cuiabá no próximo ano.

O deputado estadual Júlio Campos (União) revelou que a cúpula nacional da nova legenda procurou o senador Jayme Campos (União) e ofereceu a ele o comando do novo partido. Esse convite resultou na ida do deputado Dilmar Dal Bosco (União) a Brasília, para conhecer a agremiação.

“O presidente nacional desse novo partido político, que é fruto de uma fusão de dois pequenos partidos, procurou alguns dias atrás o senador Jayme Campos, oferecendo a possibilidade de comandar essa nova legenda em Mato Grosso. O deputado Dilmar Dal Bosco, que é um aliado nosso de muito tempo, do tempo do

PFL, do Democratas, é muito simpático a essa tese. Tanto é que ele foi à direção nacional do partido conversar, ver como vai funcionar, até porque tem uma ligação sentimental... o 25 [antigo número do DEM] é típico nosso”, disse Júlio, em conversa com jornalistas.

No ano passado, durante o período eleitoral, Dal Bosco chegou a criticar as articulações do União Brasil para composição das chapas proporcionais.

A aproximação do Mais Brasil com membros do União pode beneficiar o deputado Eduardo Botelho, que busca apoio para sua pré-candidatura à Prefeitura de Cuiabá. Caso os irmãos Campos e Dilmar migrem para a nova

sigla, Botelho pode seguir o mesmo rumo sem a necessidade de disputar internamente com ninguém para ser candidato.

HOMOLOGAÇÃO

A fusão dos partidos aguarda homologação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para se tornar oficial. O nome da sigla foi um dos impedimentos para que a Justiça autorizasse sua criação. Em nota, o PTB esclareceu que um entendimento do tribunal, em um outro processo, manifestou contra a utilização do termo “Brasil”, para evitar legendas com nomes parecidos.

Por isso, eles registraram uma nomenclatura alternativa, o Partido Renovação Democrática (PRD), para conseguir a autorização.



Júlio Campos diz ter relação sentimental com o número da nova sigla, o 25, que pertencia ao DEM

FIM DA NOVELA

Primeira obra será a duplicação de um trecho de 90 km entre Diamantino e Nova Mutum, considerado um dos mais problemáticos da rodovia

Estado assume a 163 nesta 5ª

**Da redação**

A Rota do Oeste, empresa que pertencia ao grupo Odebrecht, finalmente passará para as mãos da MT Par, o braço do Governo de Mato Grosso em investimentos e projetos. A troca do controle acionário da Rota está marcada para quinta-feira (4), após diversas rodadas de negociações e pagamento da dívida de R\$ 920 milhões deixada pela empresa.

A Rota do Oeste é responsável pelo trecho de 850 km da BR-163 em Mato Grosso, entre os municípios de Itiquira, divisa com Mato Grosso do Sul, e Sinop, no Noroeste. A empresa tinha assumido a concessão em 2014, com o compromisso de duplicar 450

km da rodovia, além de realizar melhorias e a manutenção da via.

Porém, quase 10 anos após o início da concessão, apenas 120 km foram duplicados pela empresa, que viu as portas de instituições bancárias se fechando para ela após a Operação Lava Jato apontar o envolvimento da diretoria do grupo Odebrecht em pagamento de vantagens para políticos. Desde a operação da Polícia Federal, a empresa não conseguiu mais cumprir seus compromissos.

A Odebrecht tentou várias vezes vender o controle da Rota para a iniciativa privada, mas nenhuma empresa se mostrou disposta a assumir a empreitada. A outra solução seria a realização de uma nova licitação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que demoraria mais de 5 anos, além de correr o risco de não aparecer interessados.

A expectativa, agora, é que as obras comecem imediatamente após o governo estadual assumir o controle acionário da companhia. Conforme adiantado pelo go-

vernador Mauro Mendes, a primeira obra será a duplicação de um trecho de cerca de 90 km, entre Diamantino e Nova Mutum, considerado um dos trechos mais problemáticos da rodovia.

A BR-163 chegou a receber o apelido de 'rodovia da morte', em razão de acidentes fatais registrados quase diariamente, envolvendo veículos de passeio e carretas, principalmente em batidas frontais, já que a pista não é duplicada e possui tráfego intenso de veículos de cargas. A via é a única utilizada no transporte de cargas da região, que tem a maior produção de grãos do estado.

"A BR-163 é uma rodovia federal, mas quem sofre as consequências da falta dessas obras somos nós, mato-grossenses. Por isso decidimos intervir nessa situação e encontramos uma solução que já é considerada inovadora no país, com o Estado assumindo a concessão e já iniciando as obras", disse o governador.

A previsão é que sejam investidos R\$ 1,2 bilhão nos próximos meses na rodovia. Após



Gilberto Leite

Governo prevê investir R\$ 1,2 bilhão em obras de duplicação e melhoria da BR-163 nos próximos meses

sanar os problemas e concluir a duplicação até Sinop, o governador pretende revender a companhia para a iniciativa privada e recuperar os recursos investidos nas melhorias.

A solução para o problema com a concessão

da BR-163 foi vista como inovadora e inédita em todo país. As negociações para o governo assumir a Rota tiveram início em 2022, mas só se tornaram públicas em setembro, após o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovar um

Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) elencando os principais compromissos, dentre eles o compartilhamento dos riscos de impacto da ferrovia, que vai concorrer com a rodovia no escoamento da safra mato-grossense.

PUNIÇÕES MAIS DURAS

Jayne Campos quer tornar invasão rural em terrorismo

Da redação

O senador Jayme Campos (União) defendeu que a invasão de terras seja considerada como crime de terrorismo. A sugestão aconteceu durante a sessão ordinária no Senado Federal que aconteceu na terça-feira, 25 de abril.

Na tribuna, Jayme comentou que as últimas invasões feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vêm causando instabilidade e incertezas no agronegócio brasileiro. Na avaliação do senador, essa prática fere a Constituição, gera conflitos agrários e causa insegurança jurídica no país.

"Para se ter uma ideia, as invasões de ter-

ras, nos primeiros três meses deste ano, superaram a soma das ações ocorridas entre 2019 e 2022, segundo dados do Incra. A sociedade e o setor produtivo rural ainda aguardam por ações vigorosas, que demonstrem de maneira incontestável que não haverá leniência com o ato de vandalismo e invasões de propriedades privadas. É fundamental, por exemplo, endurecer as penas para quem invadir terras produtivas no nosso país. Antes que termine o chamado Abril Vermelho", destacou.

Jayne propôs inserir uma emenda ao projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, de autoria do senador Styvenson Valentim (Po-

demos-RN), que tipifica como atos terroristas as ações praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados.

"Com a devida vênia e respeito e com a devida permissão, eu gostaria de fazer um adendo, ou seja, uma emenda, dizendo, em um dispositivo, que essas invasões também se transformem em ato de terrorismo. [...] Lamentavelmente, essas invasões eram lideradas por pessoas descompromissadas, sobretudo, e que querem transformar o nosso país num país da anarquia. E nós não podemos concordar em hipótese alguma, seja quem for no Governo", reforçou.

'TERRORISMO RURAL'

Mauro Mendes defende punição mais rígida para invasores

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) voltou a criticar a invasão de movimentos sem-terra em propriedades rurais do país. Para o governador, esse é um crime que não deve ser tolerado, da mesma forma como não foram aceitas as invasões em Brasília (DF) no dia 8 de Janeiro, quando um grupo extremista depredou as sedes dos Três Poderes.

"A propriedade é algo sagrado. Eu falei e vou repetir: por que invadir o Supremo, invadir o Congresso, invadir o Planalto é crime e as pessoas estão presas de maneira muito açodada? Invadir o lar das pessoas, o campo, a fazenda ou uma propriedade, teria que ter o mesmo tratamento. Esse pode? Esse não faz nada? Então, lá nós estamos usando aquilo que é lei, dentro da

legalidade, nós estamos tendo tolerância zero, mas zero mesmo", ressaltou durante entrevista ao Programa Pânico, da Jovem Pan TV, na segunda-feira, 24 de abril.

Mauro destacou que as forças do Estado estão instruídas para desmontar qualquer manifestação que entre em prioridades sem autorização. Ele relatou um caso em Araguaia, onde 14 pessoas foram presas por invadir uma fazenda.

"Qualquer um, não importa a sigla, se seja MST ou quem quer que seja, invadiu propriedade vai tomar a repressão da polícia e o Estado vai proteger o cidadão que trabalha, não interessa se seja grande produtor, médio produtor, pequeno ou agricultura familiar... o Estado tem o dever de proteger e em Mato Grosso nós vamos fazer isso", frisou.

DESAFIO AO CONGRESSO - Durante a entrevista, Mauro Mendes comentou que na terça-feira, 25, irá se reunir com parlamentares que fazem parte da Frente da Agropecuária do Congresso Nacional que, entre outros assuntos, irão discutir sobre invasões de terras.

"Eles têm três projetos de leis que eu acho que resolvem esse problema de invasão de terra no Brasil. Um deles é o seguinte: está invadindo terra, sai dos programas sociais. Agora eu quero ver as forças dessa chamada Frente Parlamentar da Pecuária, que é a maior frente do Congresso Nacional, são quase 300 parlamentares, para mostrar se essa Frente é para valer ou se é uma Frente só para fazer oba-oba político no Congresso", disse.

EM BUSCA DOS FINANCIADORES

Emanuelzinho defende CPMI sobre 8 de Janeiro

Da redação

Vice-líder do governo Lula (PT) na Câmara Federal, o deputado Emanuel Pinheiro Neto, o Emanuelzinho (MDB), defendeu a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Investigação (CPMI) sobre os atos de vandalismo que aconteceram na sede dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro. Ele afirma que a investigação é essencial para chegar aos financiadores e organizadores do atentado à democracia.

As discussões sobre o tema ganharam força desde a semana passada, quando foram publicadas imagens do ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança

Institucional (GSI), general Gonçalves Dias, andando no Palácio do Planalto ao lado dos golpistas.

Para Emanuelzinho, a instalação será necessária para descobrir quem está por trás dos atos e possíveis falhas da abordagem do GSI. Ele aponta que os militares do GSI foram indicados, em sua maioria, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Em relação à tentativa de golpe no dia 8 de Janeiro, temos todo o interesse em descobrir os financiadores e organizadores dos atos, além de entender as falhas do GSI que ainda contava, em sua equipe, com maioria de agentes nomeados pelo ex-Pre-

sidente da República. A CPMI terá importância ímpar para demonstrar quem tem compromisso com a Democracia e quem atenta contra ela, além de servir de lição para o aperfeiçoamento do trabalho do GSI e entendermos que nunca se pode subestimar a imaginação de extremistas", disse o parlamentar, através de seu perfil no Twitter na segunda-feira, 24 de abril.

Na semana passada, o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-RO), comentou que haverá uma sessão conjunta das duas Casas no dia 26 de abril. Entre outros assuntos, a pauta prevê a leitura do

requerimento de criação da CPMI dos Atos Antidemocráticos de 8 de Janeiro.

O pedido para investigação surgiu logo após o ato, mas não conseguiu forças devido à resistência do governo.

Da bancada de Mato Grosso, apenas os parlamentares que fazem oposição a Lula assinaram o requerimento apresentado pelo deputado federal André Fernandes (PL-CE) para investigar os responsáveis pelo vandalismo. Entre eles estão os deputados do PL - Abílio Brunini, Amália Barros, Coronel Fernanda e José Medeiros -, Coronel Assis (União) e o senador Wellington Fagundes (PL).



Gilberto Leite

Emanuelzinho cita que militares do GSI foram nomeados por Bolsonaro e lança dúvidas sobre atuação do órgão

CONFUSÃO EM CUIABÁ

O acordo foi homologado pelo Tribunal de Justiça e o documento detalha as providências a serem tomadas

Vencimento do IPTU é prorrogado

Gilberto Leite



Da redação

A desembargadora Serly Marcondes, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), homologou o acordo feito entre o Ministério Público (MP-MT) e o Município de Cuiabá sobre a prorrogação do prazo e a forma de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de 2023.

A decisão foi proferida na terça-feira, 25 de abril, data que estava programada para o vencimento do pagamento da cota única e da primeira parcela do imposto.

O MP entrou com uma reclamação no Tribunal de Justiça (TJ) para suspender a emissão das guias feitas pela Prefeitura que, segundo o procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz

Júnior, não atendiam à decisão proferida pelo Órgão Especial do Judiciário, em março.

Logo após, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) e o procurador-geral de Justiça estabeleceram um acordo alterando o prazo de 25 de abril para o dia 19 de maio. O documento também detalha as providências a serem tomadas no caso de contribuintes que já tenham pago o imposto com alguma guia emitida anteriormente.

Ao analisar o documento, a desembargadora destacou que embora a questão do reajuste da planta de valores genéricos, que elevou o valor do IPTU, ainda demande atenção, os termos do acordo esvaziam o conteúdo contido na reclamação do MP.

“Assim, uma vez que o acordo subscrito pelas partes, mais do que o interesse individual dos contribuintes, procurou resolver a questão com vistas no interesse público, tanto em relação à publicidade quanto à economicidade, não há nada que o impeça de ser homologado”, diz trecho da decisão.



A Prefeitura de Cuiabá tem enfrentado dificuldades em executar a cobrança do IPTU 2023

Ela ainda destacou que a prorrogação do vencimento é um bom prazo para que os moradores de Cuiabá tomem conhecimento das novas condições de pagamento.

O CASO - A Prefeitura de Cuiabá tem enfrentado dificuldades em executar a cobrança do IPTU 2023. Inicialmente, a Câmara Municipal aprovou uma lei

que atualizou a planta genérica do Município, aumentando significativamente o valor do imposto na capital. Em alguns lugares, o reajuste chegou a 300%.

A lei foi derrubada por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no TJMT, impetrada pelo MPMT, que apontou aumento absurdo no imposto, principalmente considerando

o período de pós-pandemia, onde a sociedade ainda se recupera dos estragos causados pelo novo coronavírus.

Após a derrubada da lei, o Município emitiu um novo decreto na semana passada, reajustando o IPTU em 6,47%. O prazo para o pagamento da cota única e da primeira parcela estava previsto para terça-feira, 25 de abril.

No domingo (23), o procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Júnior, acionou novamente a justiça apontando descumprimento da decisão judicial, que além de anular a lei, ainda estipulou o prazo de 30 dias para o Município realizar a cobrança de acordo com a lei anterior, ou seja, com os valores fixados em 2022.



Gilberto Leite

A vacina é recomendada para pessoas que já foram devidamente imunizadas com pelo menos duas doses da vacina monovalente

EM CUIABÁ

Pessoas acima dos 18 anos já podem receber a vacina bivalente

Da redação

Cuiabá iniciou, na quarta-feira, 26 de abril, a imunização do reforço com a vacina bivalente contra a Covid-19 para todas as pessoas acima de 18 anos. A informação foi confirmada no Estado Mato Grosso pelo Gabinete de Intervenção da Saúde.

A extensão da imunização foi anunciada na última segunda-feira, 24 de abril, pelo Ministério da Saúde. A recomendação tem como objetivo fortalecer a

proteção contra a doença e ampliar a cobertura vacinal em todo o país.

Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 97 milhões de brasileiros poderão procurar unidades de saúde para receber o reforço. A cobertura vacinal vale para quem já recebeu, pelo menos, duas doses das vacinas CoronaVac, AstraZeneca ou Pfizer - como esquema primário ou com dose de reforço - há pelo menos quatro meses desde a última dose.

Também pode receber quem ainda não

completou o ciclo vacinal e está com alguma dose de reforço em atraso. Na nota técnica, a pasta reitera a importância de incentivar quem não foi vacinado a receber o esquema primário completo e dose de reforço. Por enquanto, crianças e adolescentes com idade entre 5 anos e 17 anos, 11 meses e 29 dias demonstram reforço em vacina monovalente.

De acordo com os dados do Painel de Distribuição de Vacinas de Mato Grosso, Cuiabá imunizou 1,95% da população vacinável com a bivalente. A população estimada é de 639.613, das quais 12.471 foram imunizadas. Em Mato Grosso, adolescentes de 12 a 17 anos que receberam a vacina correspondem a 610. Adultos de 18 a 60 anos são 15.515 e idosos (maiores de 60 anos) são 45.055.

JULGAMENTO NO STF

Fachin defende lei que proíbe hidrelétricas no Rio Cuiabá

Gabriel Soares

Gabriel Soares

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou favorável à lei estadual nº 11.865/2022, que proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas (UHEs) em toda a extensão do Rio Cuiabá. O caso começou a ser julgado no Plenário Virtual do STF na sexta-feira, 28 de abril, e a previsão é que seja concluído no dia 8 de maio. Ainda restam os votos de 9 ministros.

De autoria do deputado estadual Wilson Santos (PSD), a lei é questionada em duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI), movidas pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) e pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Só a primeira está em análise no momento, mas o julgamento dela deve prejudicar a análise da outra.

Tanto a Abragel quanto a CNI argumentam que a lei estadual teria violado a competência exclusiva da União para legislar sobre o uso de águas de rios federais, bem como sobre a geração de energia. Esse posicionamento foi sustentado pelo governo do Estado (que chegou a tentar vetar a lei), pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pela Advocacia-Geral da União (AGU), ao serem consultados pelo STF.

O VOTO - Relator do processo, Fachin discordou desses argumentos. Em seu voto, ele afirma que é preciso avançar no modo como a repartição de competências entre Estados e União é lida há tempos, pois coloca os Estados em um papel



Fachin defende que é preciso avançar no modo como a repartição de competências entre Estados e União

secundário na federação brasileira, ao contrário do que pretendia a Constituição Federal de 1988.

"A vedação estabelecida na norma estadual impugnada para a construção de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, afinal, concerne estritamente ao exercício da competência concorrente (art. 24, VI e XII, CF/88), pois a regulação tem caráter de regulação protetiva ao meio ambiente, sendo legítimo que os entes federados busquem restringir atividades potencialmente nocivas", argumentou o ministro.

Fachin enfatizou que a Constituição Federal coloca o direito ao meio ambiente equilibrado como um verdadeiro direito fundamental e difuso da sociedade, proclamando os Poderes Públicos e a sociedade ao seu papel de defendê-lo e protegê-lo.

Cita ainda que as normas federais estabelecem que apenas as hidrelétricas com potencial de geração acima de 300 megawatts são objeto de licenciamento da União. Portanto, se cabe aos Estados licenciar as hidrelétricas de capacidade menor, também cabe aos

Estados impedir o licenciamento desses empreendimentos.

Fachin apontou ainda que a lei estadual tomou como base estudos realizados pela Agência Nacional de Águas (ANA), que apontaram o Rio Cuiabá como zona vermelha para implementação de projetos de hidrelétricas, devido ao seu importante papel para a preservação do bioma Pantanal.

O ministro enfatizou ainda que já existe jurisprudência no STF no sentido de que é permitido aos Estados restringir atividades nocivas ao meio ambiente devido às peculiaridades locais, por meio do uso da competência concorrente de legislar.

"Diante desse cenário, constata-se que o equacionamento entre proteção ambiental e o potencial ganho energético foi ponderado pelo Poder Legislativo estadual em atenção ao princípio da prevenção, em atuação política legítima à luz da Constituição da República. Além disso, a deferência a essa opção legislativa regional é a que melhor privilegia o exercício das capacidades institucionais dos órgãos envolvidos", concluiu.

PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS • CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS • ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

PUBLICAR

ARROCHO FISCAL

Julgamento no STJ deve mudar entendimento sobre benefício fiscal e levar empresários de MT a pagar mais R\$ 2,5 bilhões à União em 2024

Empresas podem pagar mais imposto

Valter Campanato/Agência Brasil



Da redação

Empresários mato-grossenses podem ter que pagar mais de R\$ 2,5 bilhões para a União em 2024, se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entender que a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ser incluída na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

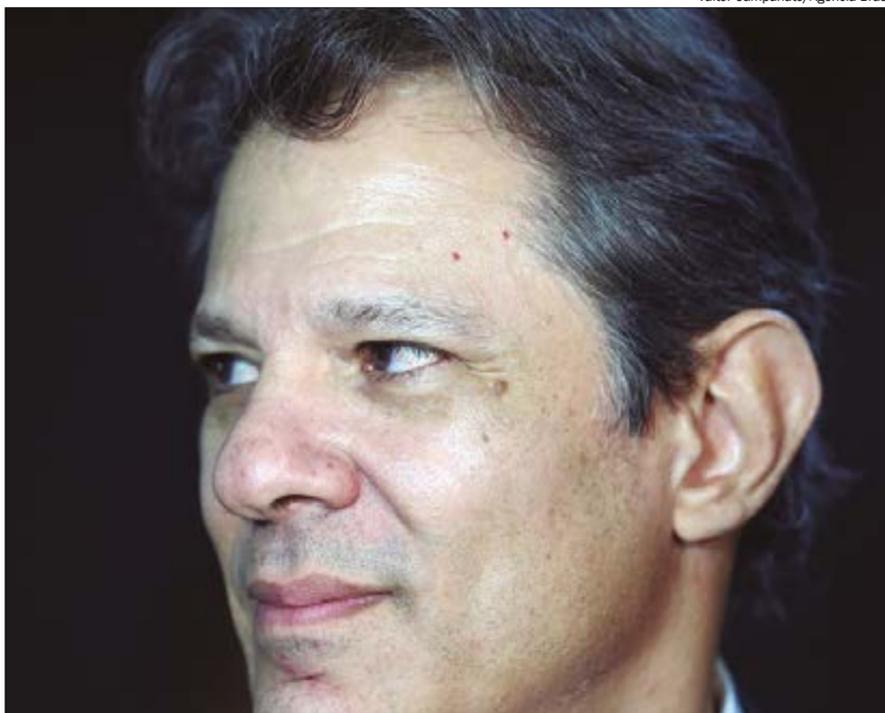
Nessa semana, conforme noticiado pelo jornal Valor Econômico, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esteve reunido com o relator do caso, o ministro Benedito Gonçalves. A expectativa é que o assunto entre em pauta nessa semana e, se ocorrer decisão favorável à Receita, deve injetar R\$ 4,7 bilhões nos cofres da União no próximo ano.

A “contribuição” de Mato Grosso, nesse cenário, seria destinar aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, considerando a renúncia fiscal de ICMS em 2023. Conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA), Mato Grosso deixará de arrecadar R\$ 10,5 bilhões em razão de incentivos em áreas como indústria, comércio e agronegócio.

Considerando uma alíquota de IRPJ de 15% e a alíquota de 9% da CSLL, os mato-grossenses pagariam R\$ 2,52 bilhões para o governo federal. Esse cálculo desconsidera os incentivos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que dá descontos em impostos para empresas instaladas na área de Amazônia Legal, pois esse benefício pode entrar na mira do governo.

O alerta é do advogado e consultor jurídico tributário Victor Humberto Maizman.

“As empresas que estão na Amazônia Legal, elas têm incentivo com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. E, há comentários de que o governo federal quer



Haddad se reuniu com o relator do caso no STJ essa semana, para pedir agilidade no julgamento do processo

acabar com esse incentivo fiscal também, o que vai impactar diretamente as empresas aqui do Estado”, afirma o advogado.

Maizman também explica que o benefício fiscal é uma ferramenta que o governo tem para atrair empresas para se instalarem no estado, gerando emprego, ren-

da e desenvolvimento, principalmente nos locais onde não é tão atrativo, como é o caso de algumas regiões do estado de Mato Grosso e de outros estados do Norte.

Diante disso, o advogado defende a realização de uma análise periódica e muito técnica desses incentivos para evitar a conces-

são de isenções sem fundamento. Por outro lado, o governo precisa estar atento para não sacrificar o desenvolvimento industrial da região a médio e longo prazo, apenas para aumentar sua arrecadação e equilibrar a política fiscal.

“Cabe, sim, ao ministro buscar formas de

aumentar a arrecadação, mas tem que analisar do ponto de vista do desenvolvimento. Não basta apenas tornar a arrecadação maior de forma imediata, mas não olhar para o desenvolvimento do País a longo prazo. Isso que tem que ser bem analisado e, com certeza, o STJ vai ter que analisar sob esse prisma também”, pontua.

BENEFÍCIO PODE ACABAR - O benefício da Sudam foi criado em agosto de 2001 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com previsão de que as empresas tivessem o benefício pelo prazo de 10 anos, a partir da data de início da fruição. Porém, o prazo para que as empresas pleiteiem a isenção de 10 anos se encerra em dezembro deste ano.

Na Câmara dos Deputados, foi apresentado o projeto de lei 4.416/2021, que estende o prazo para as empresas buscarem o benefício até dezembro de 2028. O projeto foi apresentado pelo deputado Júlio Cesar (PSD-PI) e está aguardando para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara.

POTÊNCIA INDUSTRIAL

Mato Grosso produz 80% do etanol de milho

Mayke Toscano/Secom-MT

Da redação

Mato Grosso vai produzir mais de 80% do etanol de milho do país na safra 2022/23, aponta a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em seu levantamento sobre a safra de cana-de-açúcar. Conforme a Conab, a produção brasileira de etanol de milho deve ser de 3,97 bilhões de litros, sendo que 3,2 bilhões serão produzidos em Mato Grosso.

A produção do etanol de milho é altamente concentrada no estado, por contar com boa oferta do cereal. Essa indústria ganhou força no estado a partir de 2018. O segundo maior produtor deste biocombustível é Mato Grosso do Sul, que vai produzir apenas 714,4 milhões de litros, a frente de Goiás, com 35,9 milhões de litros e o Paraná (21,3 milhões de litros).

Porém, em nível nacional, a produção do biocombustível é baseada quase que exclusivamente na cana-de-açúcar. A produção do etanol de milho deve superar os 26,5 bilhões de litros. Desse montante, Mato Grosso vai produzir apenas 1,1 bilhão, o que representa pouco mais de 4% da produção somada de todos os estados brasileiros.

De acordo com os analistas da Conab, a valorização do etanol nos últimos anos estimulou as indústrias a investirem de modo mais agressivo no milho disponível no estado.

“Dessa forma, o ciclo 2022/23 utilizou o volume recorde de 7,3 milhões de toneladas de milho, mesmo com a saca do milho operando acima dos R\$ 60. Tal cenário, além de ser viabilizado pelo aumento no valor do etanol, também tem importante contribuição da maior

disseminação e valorização do DDG no mercado interno”, pontua.

De acordo com números das Indústrias de Bioenergia de Mato Grosso (Bioind-MT), entidade que representa o setor, Mato Grosso não produzia nada de etanol de milho até 2013. Naquela ocasião, a produção de etanol era de 1,07 bilhão de litros, sendo totalmente de cana. A produção de etanol de milho cresceu de forma lenta até 2018, quando o estado produziu 600 milhões de litros.

Dez anos após o setor iniciar os investimentos no milho, essa produção já é de 4,2 bilhões de litros, previstos para a safra 2022/23. Enquanto isso, a produção do etanol de cana permaneceu estagnada em pouco mais de 1 bilhão de litros, já que o estado encontrou sua vocação no cereal, que é abundante na região Centro-Oeste.



Produção de etanol de milho saiu de zero em 2013 para alcançar 3,2 bilhões de litros em menos de 10 anos

PIONEIRISMO

1ª fábrica de aviões deve ser instalada em Lucas

Da redação

A MTPar e a Prefeitura de Lucas do Rio Verde farão um estudo de viabilidade econômico-financeira para instalação da primeira indústria de aviões no município. A parceria foi firmada por meio de um protocolo de intenções assinado pelas duas partes.

Após o estudo, a MT Par irá avaliar a atuação no investimento proposto pela Empresa Octans Aircraft Industrial LTDA, na forma de participação acionária.

Mais uma vez, a empresa é uma aceleradora e busca auxiliar o Estado de Mato Grosso e municípios na promoção de oportunidades de negócio.

De acordo com o presidente da MT Par, Wener Santos, mais uma vez a empresa é uma aceleradora e busca auxiliar o Estado de Mato Grosso e municípios na promoção de oportunidades de negócio.

Wener explicou que o objetivo desse protocolo de intenções é envidar os esforços necessários para viabilizar a implan-

tação da Empresa Octans Aircraft Industrial LTDA no município de Lucas do Rio Verde com participação de investimentos por meio da MT Par.

“Estamos muito otimistas com tudo isso. O Governo de Mato Grosso mais uma vez está sendo inovador e pensa no crescimento e desenvolvimento do Estado. Lucas do Rio Verde é uma cidade de muitas oportunidades e agora, através desse protocolo de intenções, será possível recebermos estudos de viabilidade para insta-

lação dessa indústria na cidade”, disse o presidente da MT Par.

O prefeito de Lucas do Rio Verde, Miguel Vaz, pontuou que sua gestão recebeu os empresários do ramo, que já mostraram interesse na instalação do projeto no município. “Estávamos aguardando essa notícia com muitas expectativas. Nem meus sonhos mais otimistas poderia imaginar uma fábrica desse porte no nosso município”, enalteceu o prefeito.

A vinda do empreendimento foi definida na

13ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo dos Programas de Desenvolvimento de Mato Grosso (Condeprodemat), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), que determinou por unanimidade que o estado de Mato Grosso iria sediar a primeira indústria de aeronaves.

Além disso, para consecução do objeto estabelecido neste Protocolo de Intenções, por meio da 13ª reunião extraordinária do Condeprodemat, o secretário César

Miranda afirmou que os aviões vendidos dentro do Estado terão 85% de crédito e os que forem vendidos para fora do Estado, 90%.

“A função da MT Par é fomentar os setores que precisam atender o cidadão. E é isso que nós já estamos fazendo no Governo Mauro Mendes e tem dado muito certo. Ter uma empresa como essa no nosso estado será muito importante para incentivar cada vez mais o desenvolvimento tecnológico e industrial”, finalizou Wener Santos.

ONDE TEM IPTU EM DIA TEM AVANÇO

Com a sua contribuição,
Cuiabá vai continuar avançando.



PAGUE SEU IPTU ATÉ
19 DE MAIO
COM **10%** DE DESCONTO
OU EM **8X** SEM JUROS

emissao.cuiaba.mt.gov.br

**EMITA
SUA GUIA
ATUALIZADA
AQUI >>>>>**



**CUIABÁ
PRA FRENTE,
CUIDANDO
DA GENTE.**